

MOBILIDADE PARA TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: PONTOS PARA DEBATE¹

Patricia Chame Dias²

RESUMO

Entendendo-se que, no capitalismo, o trabalho se converte em mercadoria e que o deslocamento de trabalhadores está relacionado à reprodução do capital, neste texto são discutidas algumas características e consequências da mobilidade da força de trabalho entre os municípios da Região Metropolitana de Salvador. Analisando os dados do Censo Demográfico de 2010 sobre pendularidade e considerando a noção de mobilidade do trabalho, é possível verificar que o deslocamento dos trabalhadores intensifica a articulação entre as cidades nas quais os investimentos do capital foram mais intensos, resultando na ampliação de suas áreas urbanas. Além disso, é evidenciado que entre os indivíduos que realizam a pendularidade prevalecem aqueles com maior nível de escolaridade e renda.

Palavras-chave: Mobilidade pendular; Mobilidade do trabalho; Região Metropolitana de Salvador.

MOBILITY FOR WORK IN THE METROPOLITAN AREA OF SALVADOR: DEBATE POINTS

ABSTRACT

In this text some characteristics and consequences of commuting at intermunicipal level made in metropolitan area of Salvador are discussed, once understood that under capitalism, work converts into merchandise, and that workers displacement are related to capital reproduction. By analyzing data from 2010 Demographic Census about intermunicipal commuting based on work mobility, it is possible to verify that workers displacement intensifies articulation between the cities in which capital investments were more intense, and that resulted in the increase of its urban area. Furthermore, it is possible to verify that among these workers, the ones with higher level of schooling and income prevail.

Keywords: Commuting; Work mobility; metropolitan area of Salvador.

1 PRESSUPOSTOS E ENCAMINHAMENTOS

Parte-se do entendimento de que, em princípio, o trabalho é uma atividade fundamental para a humanização do homem. Como anunciado por Marx (1996, p. 303), trata-se de uma “[...] condição natural e eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes, igualmente comum a todas as suas formas sociais”. Isso significa que o trabalho é algo que diferencia os

¹ Este texto é uma versão revisada do artigo, de mesmo título, apresentado no XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana e contém parte dos levantamentos e análises realizados pela autora em sua tese de doutorado, trabalho citado nas referências.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Servidora pública do Governo da Bahia. Trabalha na Secretaria do Planejamento. Integra o Grupo Espaço Livre de Pesquisa e Ação e a Rede de Cidades Médias e Pequenas da Bahia (Rede CMP). E-mail: patricia.dias@seplan.ba.gov.br. Tel (71) 3115-3599.



homens dos demais animais, pois, ainda que esses últimos efetuem transformações na natureza, apenas o homem atua sobre o mundo a partir de intencionalidades, realizando seu objetivo na matéria. Originalmente, portanto, ele engloba tudo aquilo que o ser social realiza, de modo a romper com sua condição pré-humana (ANTUNES, 2016).

Entretanto, conforme o capitalismo avança e a sociedade passa a se organizar a partir da exploração de um homem pelo outro, o trabalho se desprende dessa essência e seu significado social se modifica. Em diversos textos, Marx demonstra que ele é reduzido ao meio de sobrevivência daqueles que, não sendo proprietários de meios de produção, vêm-se na necessidade de colocar à disposição de outros seu corpo e sua capacidade de trabalhar. Dessa maneira, o trabalho se transmuta em força de trabalho, uma mercadoria que, como outra qualquer, é posta à venda num mercado e, portanto, se encontra susceptível às vicissitudes por ele engendradas.

Pensar nesses termos significa conceber a força de trabalho como uma relação na qual o vendedor, ao disponibilizá-la, pretende sua subsistência. Em contrapartida, aquele que a compra aspira criar a mercadoria e valorizar o capital. Assim, ela é consumida e se torna parte do produto, a substância social que este último encerra. Consequentemente, a força de trabalho é tanto a energia despendida na realização do trabalho, como participa do valor da mercadoria e das possibilidades de reprodução da sociedade (MARX, 1996).

Com base nessa abordagem, Gaudemar (1977, p. 194) analisa a mobilidade do trabalho, melhor dizendo, a “[...] capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior”. Suas reflexões se referem ao poder que o capitalismo tem de se impor à força de trabalho, levando-a a contribuir para a ampliação da acumulação. Nesses termos, concepção de mobilidade remete às qualidades que o indivíduo vai adquirindo para responder aos imperativos das classes dominantes. Em outros termos, a como ele subordina seu corpo e suas ideias ao propósito de se inserir no circuito da produção. Por isso é típico que ela esteja sempre “[...] apta para deslocamentos e modificações de seu emprego, tão indiferente ao conteúdo de seu emprego como o capital o é de onde

investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). Dessa maneira, os deslocamentos espaciais realizados com vistas à comercialização de ditas competências e habilidades são lidos como um dos aspectos da mobilidade do trabalho.

No atual contexto, onde a mobilidade se apresenta como uma necessidade para a reprodução do capital, o deslocamento dos trabalhadores passa a representar um elemento fundamental para a ampliação da acumulação. Afinal, se existe uma tendência de dispersão das estruturas produtivas - algo possível pelo desenvolvimento, sobretudo nas últimas três décadas, dos modos e meios de comunicação e de circulação –, em decorrência, intensificam-se e diversificam-se os fluxos que conectam as várias partes do território, entre eles, os de trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo em que a circulação de pessoas se configura em algo necessário à produção, contribui para a articulação e para a estruturação do espaço (ANTICO, 2003; JARDIM, 2011; PERPETUA, 2013).

Para melhor entender esse cenário, observa-se que não apenas os equipamentos relacionados à produção experimentam realocações. Com a anuência do Estado, os setores comercial e imobiliário, esse último associado ao capital financeiro, produzem, em várias regiões e cidades, diferentes centralidades (MOURA; DELGADO, 2016; DIAS, 2016; PERPETUA, 2013). Analisando as metrópoles brasileiras, Antico (2003) argumenta que os bens, serviços, e equipamentos de educação, cultura e lazer – e, evidentemente, os postos de trabalho - são desigualmente distribuídos. Consequentemente, múltiplos e contínuos deslocamentos são necessários para que o indivíduo possa usufruir desses recursos. Esses movimentos, afirmam Moura e Delgado (2016), decorrentes da expansão do tecido urbano, incidem em alterações no padrão de articulação dos espaços e resultam na configuração de novas centralidades.

Adotando-se essas perspectivas como referência, estudar os deslocamentos associados ao trabalho se apresenta como uma dos caminhos a seguir para avaliar as vinculações entre capitalismo e espaço. É considerando-as que se analisam os

processos efetivados na Região Metropolitana de Salvador (RMS)³, onde está a capital do estado da Bahia, nas primeira década do século XXI.

Diferentes pesquisas, a exemplo das empreendidas por Carvalho e Pereira (2014) e Dias (2016), evidenciam que foi comum o crescimento da ocupação das áreas periurbanas de vários municípios da RMS. Nelas se implantaram, entre outros, equipamentos de grande impacto, como *shopping centers* e centros médicos e empresariais, além de inúmeros e diversificados empreendimentos residenciais – tanto condomínios fechados, para os segmentos sociais de renda média e alta, como imóveis de cunho mais popular, decorrentes de programas governamentais. Silva, Silva e Silva (2014), por sua vez, destacam a expansão do setor turístico, que, contando com investimentos públicos e privados, progressivamente ganha força na orla norte da capital baiana. Essas dinâmicas – recorrentes em diferentes regiões, metropolitanas ou não – têm repercutido na distribuição espacial da população e das ocupações e suscitando questionamentos a respeito das possibilidades e modos de reprodução da força de trabalho.

Nesses termos, é que o estudo da mobilidade pendular, expressão entendida como o conjunto de deslocamentos regulares, diários ou não, que o indivíduo empreende entre municípios para realizar sua vida cotidiana, se torna pertinente para verificar a produção de centralidades e as articulações ocorridas na região em questão. Assim, o objetivo deste texto é discutir algumas características e consequências dos movimentos pendulares empreendidos na RMS para o emprego da força de trabalho.

Para tanto, este artigo está organizado em três sessões. A primeira é essa introdução. Na segunda, tendo por base os dados disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) referentes aos ocupados que realizavam a mobilidade pendular, fez-se uma análise sobre o direcionamento desses fluxos (direcionamento origem-destino) e a respeito das características socioeconômicas daqueles que realizavam tais

³ A RMS foi criada em 1973, com os seguintes municípios: Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. No final dos anos 1980, outros dois municípios passaram a integrá-la: Dias d'Ávila, desmembrado de Camaçari, e Madre de Deus, de Salvador. Mais recentemente, por força de lei complementar estadual, passaram a compô-la os municípios de Mata de São João, São Sebastião do Passé, em 2008, e Pojuca, em 2009 (DIAS, 2016). Adota-se, neste texto, sua configuração oficial atual.

deslocamentos comparativamente às dos que não o empreendiam. Na terceira, elaboram-se reflexões articulando as estatísticas e as concepções teóricas sobre o tema, empregando-se principalmente a concepção de mobilidade do trabalho apresentada por Gaudemar (1977).

2 MOBILIDADE PENDULAR DOS OCUPADOS DA RMS

No Censo de 2010, assim como em outros que ocorreram no passado, a mobilidade pendular é registrada quando a origem e o destino dos deslocamentos casa-trabalho e casa-estudo se encontram em municípios distintos. A preocupação particular com esses dois tipos de fluxos decorre de análises, já consolidadas, que revelam serem justamente eles os que têm maior frequência, regularidade e intensidade na vida das sociedades contemporâneas. No entanto, coloca-los em foco reforça a tendência de tratar o tema da mobilidade pela ótica da produção. Como pondera Jardim (2011, p. 61), essa escolha expressa uma interpretação da realidade social na qual a pendularidade é resumida “[...] a um fenômeno centrado essencialmente no mercado de trabalho e nas condições da qualificação (técnica e educacional), sem levar em conta as demais motivações dos deslocamentos social e territorial”. Inviabiliza-se, pois, a comparabilidade das características dos movimentos concernentes à produção *strictu senso* com, por exemplo, os associados ao lazer ou ao consumo.

Feitas essas ponderações, nota-se que na Bahia, em 2010, uma pequena proporção de seus 10.503.734 habitantes de 10 anos e mais que trabalhavam ou estudavam desenvolviam tais atividades fora do seu município de moradia, 6,5% desse total. A maior parte deles (4,2%) realizava esse deslocamento por questões profissionais. Na RMS, no mesmo ano, a proporção dos que efetuavam a pendularidade para fins de trabalho era maior: 9,5% dos 1.622.506 ocupados⁴ com 10 anos de idade ou mais, ou seja, 154.469 pessoas. Desse total, cerca de 144 mil

⁴ Nas pesquisas realizadas pelo, ou em parceria com o IBGE, o termo *ocupado* faz referência a uma pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência ou aquela que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana. Desse modo, estar ocupado não implica necessariamente o contínuo exercício de determinada atividade profissional.

indivíduos empregavam-se no mercado de trabalho de um município distinto daquele no qual residiam, sendo que a maioria deles permanecia na própria região⁵.

Ao verificar o número de trabalhadores pendulares de cada uma das unidades que compõe essa região, sem maiores surpresas, evidencia-se que quanto maior se mostrava o porte demográfico de um município, mais significativo era o número de trabalhadores que recorriam à pendularidade⁶. Por isso, o mais interessante é identificar para onde mais ocorrem esses indivíduos e levantar seu perfil.

2.1. Direcionamento e intensidade dos fluxos

Antes de tratar propriamente dos dados do Censo de 2010, cabe ponderar que ele ocorreu num contexto em que permaneciam os efeitos da expansão da economia nacional, evidenciada no início dessa década. No mercado de trabalho, essa situação redundou em acentuada retração das taxas de desemprego⁷, no aumento do assalariamento, avanço na formalização dos vínculos empregatícios e elevação do rendimento médio real do trabalhador, especialmente entre 2006 e o começo da década de 2010 (OLIVEIRA, 2015). Tendências similares às nacionais são encontradas na RMS - a partir de 2003, houve contínuas retrações da taxa de desemprego e, de 2004 a 2011, registrou-se o seguido incremento do número de ocupações⁸, a expansão do mercado de trabalho na maioria de seus municípios e a elevação do rendimento médio real proveniente do trabalho principal (CARVALHO; BORGES, 2014; DIAS, 2016).

Além da dinamização do mercado de trabalho, esse período foi marcado pelo incremento do mercado imobiliário. Na RMS, tal processo implicou o acentuado crescimento do número de empreendimentos residenciais fechados destinados aos

⁵ Em relação aos demais que recorriam à mobilidade para empregar sua força de trabalho, pouco mais de 9 mil indivíduos dirigia-se a mais de um município ou país e 780 hab. seguiam para países estrangeiros.

⁶ A título de exemplo, em 2010, Madre de Deus, com pouco mais de 17 mil hab. e que compreendia o menor conjunto demográfico da RMS, contava com o menor volume de trabalhadores envolvidos nessa mobilidade, 6.035 indivíduos. Por sua vez, Salvador, com a maior população do estado (mais de 2,5 milhões de hab.) registrou cerca de 68 mil trabalhadores pendulares.

⁷ A taxa de desemprego é calculada pela relação dos desempregados com a população economicamente ativa (PEA) e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto (PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2013).

⁸ A ampliação do número de ocupações resulta da criação de postos de trabalho em quantidade superior ao incremento verificado na PEA (OLIVEIRA, 2015).

segmentos sociais de renda média e alta. A atuação desse mercado foi mais intensa, inicialmente, em Salvador, mas também em Lauro de Freitas e em Camaçari. E, gradativamente, avançou para outras unidades da região (CARVALHO; PEREIRA, 2014; DIAS, 2016).

É nesse contexto que se verifica que mais de 30% dos ocupados de Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Simões Filho partiam para outro município, diariamente, com vistas a inserir-se no mundo da produção. Com percentuais um pouco menores, encontrava-se São Sebastião do Passé. De Salvador, por outro lado, somente 5,4% dos ocupados empreendiam tal movimento, o que denota sua capacidade de reter sua força de trabalho. Esse percentual, entretanto, representava 67 mil pessoas, correspondendo ao município baiano com maior volume de pendulares. Na RMS, o segundo maior contingente de ocupados que se deslocava entre municípios partia de Lauro de Freitas, 26.115 indivíduos (Tabela 1).

Quanto à capacidade de atrair trabalhadores, era justamente a capital que se destacava, visto receber 41.069 oriundos de outras unidades da RMS. Todavia, ela não consistia o principal destino de todos os seus municípios, como se poderia inferir. A maior parcela dos ocupados de Candeias e de Madre de Deus, que recorria à mobilidade, seguia para São Francisco do Conde (41,3% e 49,7% desses indivíduos, respectivamente). Camaçari aparece como o principal receptor daqueles que partiam de Dias d'Ávila (64,7% de seus trabalhadores pendulares), de Mata de São João (41,2%) e de Salvador (33,7%). Os que residiam em São Sebastião do Passé, em contrapartida, seguiam predominantemente para em Candeias (28,2%) (Tabela 2).

Tabela 1. Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício da atividade principal. Bahia. RMS, 2010

MUNICÍPIOS	LOCAL DE EXERCÍCIO DO TRABALHO PRINCIPAL						TOTAL	
	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA			FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA				
	TOTAL	DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA	FORA DO DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA	TOTAL	OUTRO MUNICÍPIO	PAIS ESTRANGEIRO		MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAIS
VALORES ABSOLUTOS								
Camaçari	90.325	25.253	65.072	15.804	15.000	42	762	106.130
Candeias	25.401	5.976	19.425	7.105	6.870	-	235	32.506
Dias d'Ávila	16.505	4.125	12.380	7.962	7.734	21	207	24.467
Itaparica	6.204	1.089	5.115	1.357	1.357	-	-	7.560
Lauro de Freitas	52.022	11.934	40.087	26.115	25.381	97	637	78.137
Madre de Deus	3.955	844	3.111	2.080	2.041	6	33	6.035
Maia de São João	12.183	3.598	8.585	2.945	2.873	23	49	15.128
Pojuca	10.663	3.081	7.583	1.433	1.348	10	74	12.096
Salvador	1.185.332	295.286	890.046	67.616	60.219	564	6.833	1.252.949
São Francisco do Conde	10.186	1.778	8.408	1.619	1.600	6	13	11.805
São Sebastião do Passé	11.069	3.201	7.868	4.270	4.182	-	88	15.339
Simões Filho	31.999	8.831	23.168	13.961	13.621	8	332	45.960
Vera Cruz	12.193	2.215	9.978	2.202	2.110	3	88	14.395
RMS	1.468.037	367.211	1.100.825	154.469	144.338	780	9.351	1.622.506
Bahia	5.345.334	1.400.630	3.944.704	495.744	443.277	1.247	51.220	5.841.078

Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Resultados da Amostra 2010 (Superintendência de Estudos e Econômicos e Sociais da Bahia, 2016)

Retornando aos números absolutos, verifica-se que São Francisco do Conde atraía menos de 5 mil trabalhadores, enquanto para Candeias iam, aproximadamente, 9 mil. Em direção à Camaçari afluíam 26.842 dos ocupados da RMS. Esses valores, obviamente, estavam bem aquém do registrado na capital baiana, que, aliás, agrupava significativo percentual de pendulares oriundos da maioria dos municípios da região (Tabela 2).

Esse conjunto de informações demonstra que o direcionamento e a intensidade dos fluxos de trabalhadores na RMS guarda correlação com a redistribuição das estruturas produtivas em seu território, situação que vem redefinindo o papel de parte de seus municípios também no que se refere ao mercado de trabalho. Conforme Carvalho e Borges (2014), em 2010, Salvador permanecia, como em décadas passadas, com a maioria absoluta das ocupações dessa região (77,2% do total). Todavia, comparativamente a 2000, sua participação diminuiu. Isso decorreu da ampliação do número de postos de trabalho em outros municípios, especialmente em Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila e Simões Filho.

Tabela 2 - Origem e destino da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que trabalha fora do município de residência. RMS, 2010

MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO (RMS)													
	CAMAÇARI	CANDEIAS	DIAS D'AVILA	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	MADRE DE DEUS	MATA DE SÃO JOÃO	POJUCA	SALVADOR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ	TOTAL
Camaçari	-	1.065	920	0	2.444	41	1.573	30	5.794	147	43	565	13	12.635
Candeias	968	-	62	0	64	725	0	18	794	2.080	89	233	0	5.033
Dias d'Avila	4.442	438	-	0	153	86	195	49	1.331	33	29	107	0	6.863
Itaparica	10	10	0	-	20	0	10	0	854	10	0	10	312	1.236
Lauro de Freitas	2.979	286	253	8	-	72	127	46	19.705	79	77	700	13	24.345
Madre de Deus	44	388	10	0	11	-	0	11	360	898	18	67	0	1.807
Mata de Sao Joao	958	207	415	0	48	0	-	341	312	0	22	20	0	2.323
Pojuca	150	37	129	0	0	0	134	-	193	10	107	20	0	780
Salvador	14.601	4.319	1.153	118	12.390	1.275	948	404	-	1.228	606	5.949	337	43.328
Sao Francisco do Conde	101	452	0	0	10	216	0	0	238	-	31	19	0	1.067
Sao Sebastiao do Passé	458	905	8	0	68	416	22	119	871	305	-	36	0	3.208
Simoes Filho	2.070	982	129	0	466	78	0	91	8.956	113	21	-	0	12.906
Vera Cruz	61	0	0	95	0	22	0	0	1.661	0	0	14	-	1.853
RMS	26.842	9.089	3.079	221	15.674	2.931	3.009	1.109	41.069	4.903	1.043	7.740	675	117.384

MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO (RMS)													
	CAMAÇARI	CANDEIAS	DIAS D'AVILA	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	MADRE DE DEUS	MATA DE SÃO JOÃO	POJUCA	SALVADOR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ	TOTAL
Camaçari	-	8,4	7,3	0,0	19,3	0,3	12,4	0,2	45,9	1,2	0,3	4,5	0,1	100,0
Candeias	19,2	-	1,2	0,0	1,3	14,4	0,0	0,4	15,8	41,3	1,8	4,6	0,0	100,0
Dias d'Avila	64,7	6,4	-	0,0	2,2	1,3	2,8	0,7	19,4	0,5	0,4	1,6	0,0	100,0
Itaparica	0,8	0,8	0,0	-	1,6	0,0	0,8	0,0	69,1	0,8	0,0	0,8	25,2	100,0
Lauro de Freitas	12,2	1,2	1,0	0,0	-	0,3	0,5	0,2	80,9	0,3	0,3	2,9	0,1	100,0
Madre de Deus	2,4	21,5	0,6	0,0	0,6	-	0,0	0,6	19,9	49,7	1,0	3,7	0,0	100,0
Mata de Sao Joao	41,2	8,9	17,9	0,0	2,1	0,0	-	14,7	13,4	0,0	0,9	0,9	0,0	100,0
Pojuca	19,2	4,7	16,5	0,0	0,0	0,0	17,2	-	24,7	1,3	13,7	2,6	0,0	100,0
Salvador	33,7	10,0	2,7	0,3	28,6	2,9	2,2	0,9	-	2,8	1,4	13,7	0,8	100,0
Sao Francisco do Conde	9,5	42,4	0,0	0,0	0,9	20,2	0,0	0,0	22,3	-	2,9	1,8	0,0	100,0
Sao Sebastiao do Passé	14,3	28,2	0,2	0,0	2,1	13,0	0,7	3,7	27,2	9,5	-	1,1	0,0	100,0
Simoes Filho	16,0	7,6	1,0	0,0	3,6	0,6	0,0	0,7	69,4	0,9	0,2	-	0,0	100,0
Vera Cruz	3,3	0,0	0,0	5,1	0,0	1,2	0,0	0,0	89,6	0,0	0,0	0,8	-	100,0
RMS	22,9	7,7	2,6	0,2	13,4	2,5	2,6	0,9	35,0	4,2	0,9	6,6	0,6	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Resultados da Amostra 2010 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016)

Essa expansão, conforme as autoras, foi setorialmente diferenciada. Embora o setor de serviços fosse o que mais empregava na RMS, o perfil produtivo de cada um de seus municípios variava, o que demandava, conseqüentemente, trabalhadores com distintas especializações. De todo modo, como Salvador permanecia com a mais diversificada estrutura de serviços do estado, continha uma ampla gama de ocupações e mantinha a capacidade de absorver profissionais com diferentes níveis educacionais e especialidades.

A análise do volume e do direcionamento dos fluxos de trabalhadores estabelecidos entre os municípios revela que os originados em Salvador tinham como principal destino Camaçari (eram 14 mil pessoas). Desse município para a capital seguiam 5.794 de seus ocupados, o que, todavia, significava 45,9% do total de pendulares. Tais dados indicam a importância das trocas entre esses municípios. Lauro de Freitas era o segundo destino mais relevante para os que saíam da capital - atendia a 28,6% dos soteropolitanos que exerciam a pendularidade. O movimento em sentido oposto, de Lauro de Freitas para Salvador, era realizado por um número maior de pessoas, 19.705. Se o movimento entre Camaçari e Lauro de Freitas igualmente era intenso, já cada um deles consistia o segundo destino mais importante do outro (Tabela 2).

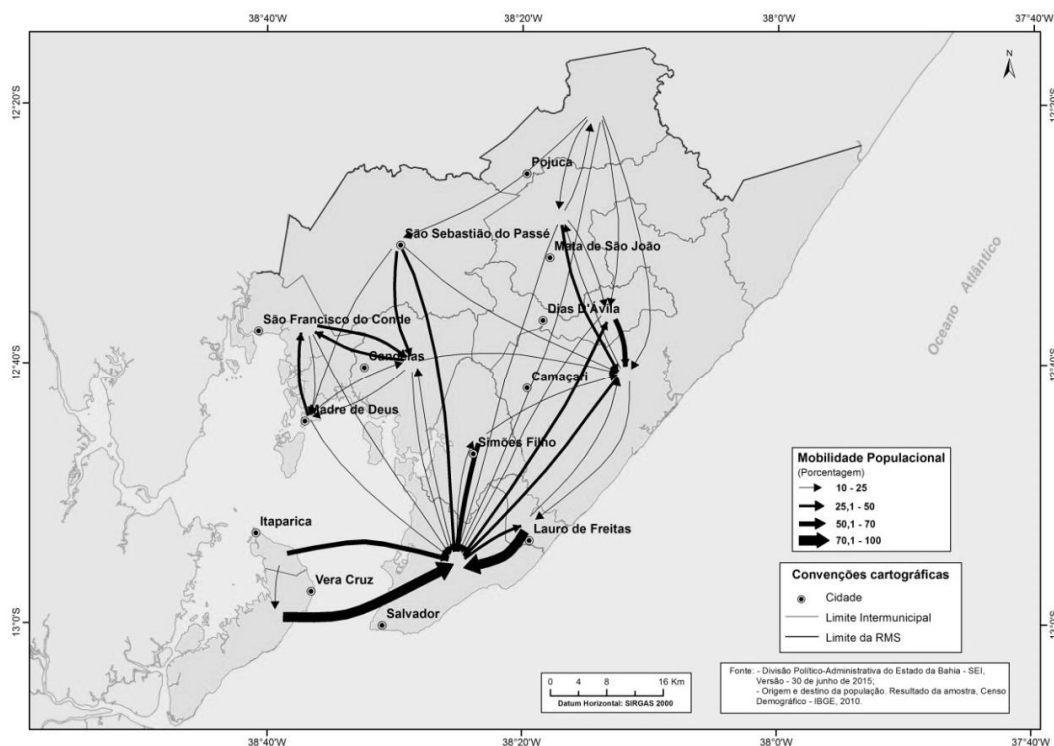
Evidencia-se, assim, a conformação de uma intensa articulação desses três municípios entre si (Figura 1). Além disso, reafirmando sua importância no que tange à mobilidade pendular, em 2010, eles se constituíam nos mais proeminentes destinos da RMS. Retinham, respectivamente, 35,0%, 22,9% e 13,4% do total dos que empreendiam movimentos pendulares relativos ao trabalho (Tabela 2). Desse modo, tanto conformavam uma mancha urbana contínua, como configuravam uma centralidade no que tange à absorção de trabalhadores⁹.

Camaçari, ademais, atraía também um significativo percentual dos trabalhadores pendulares de seu entorno, especialmente, de Dias d'Ávila e Mata de São João. Ainda, era importante destino dos ocupados oriundos de Candeias, Pojuca e Simões Filho. Menos destacada, mas igualmente considerável, era a

⁹ Observa-se que tal centralidade não se restringe ao que ocorre na RMS. Tendo em vista o volume total de trabalhadores pendulares atraídos por cada um desses três municípios, eles figuravam entre os cinco da Bahia a receber, cada um, mais de 10 mil trabalhadores pendulares em 2010 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014). Assim, pode-se falar de uma centralidade de relevância estadual.

situação de Candeias que absorvia mais de 40% dos pendulares de São Francisco do Conde e mais de 20% dos de São Sebastião do Passé e de Madre de Deus (Tabela 2 e Figura 1).

Figura 1 - Direcionamento dos fluxos de trabalhadores pendulares. RMS. 2010



2.2. Perfil dos trabalhadores pendulares

Ao tentar entender o perfil socioeconômico dos trabalhadores pendulares, é fundamental averiguar, ao menos, dois aspectos. Um deles é a escolaridade; o outro, a renda. Isso porque, como a literatura sobre o tema ensina, esses são caracteres que se imbricam na definição da posição que o indivíduo ocupa na estrutura social. Afinal, o grau de escolaridade guarda considerável articulação com o tipo de atividade profissional à qual o indivíduo pode se candidatar, interferindo, conseqüentemente, em seus ganhos salariais.

A respeito dessa questão, Cacciamali (2010, p. 43) demonstra a relação direta entre a escolaridade e os ganhos salariais. Evidencia que, em 2008, os trabalhadores brasileiros que possuíam nível superior auferiam, em média, o triplo

dos rendimentos percebidos pelos que tinham nível médio e o quádruplo dos obtidos pelos que haviam concluído somente o fundamental. Além disso, a maior escolaridade ampliava as possibilidades de conseguir uma ocupação. Porém, ao estudar o tipo de vínculo dos trabalhadores, entre 2002 e 2009, Borges (2010) observa que, mesmo entre aqueles que possuíam nível superior completo, houve redução dos ganhos salariais e da participação dos que tinham carteira assinada no total de ocupados.

Raciocinando sobre esses achados e apoiada nas discussões sobre o tema, essa autora avalia que a maior exigência na formação educacional, que passa a ocorrer no mercado de trabalho nas últimas décadas do século XX, não repercute, necessariamente e na mesma medida, em melhores remunerações. Em verdade, a ampliação da cobertura do ensino médio e superior que acontece no Brasil, a partir dos anos 1980, se faz num contexto em que a sobrequalificação se torna uma variável essencial para ampliar a capacidade do sistema produtivo, um meio de reduzir custos relacionados a mudanças tecnológicas e de gestão e, sobretudo, um recurso “[...] para potencializar a flexibilização dos processos produtivos com trabalhadores dotados de competências mínimas de polivalência” (BORGES, 2010, p. 628-629). Nesse contexto, há uma adequação de determinadas políticas públicas a demandas da produção capitalista contemporânea.

Com essa perspectiva em mente, aliada às teses de Gaudemar (1977) referentes à mobilidade do trabalho, é que se verificam a escolaridade e a renda dos ocupados da RMS. E, para avançar na compreensão da relação entre o perfil do ocupado e a pendularidade, faz-se uma comparação das características daqueles que residem e trabalham no mesmo município com as dos que empregam sua força de trabalho em unidade distinta daquela em que são domiciliados.

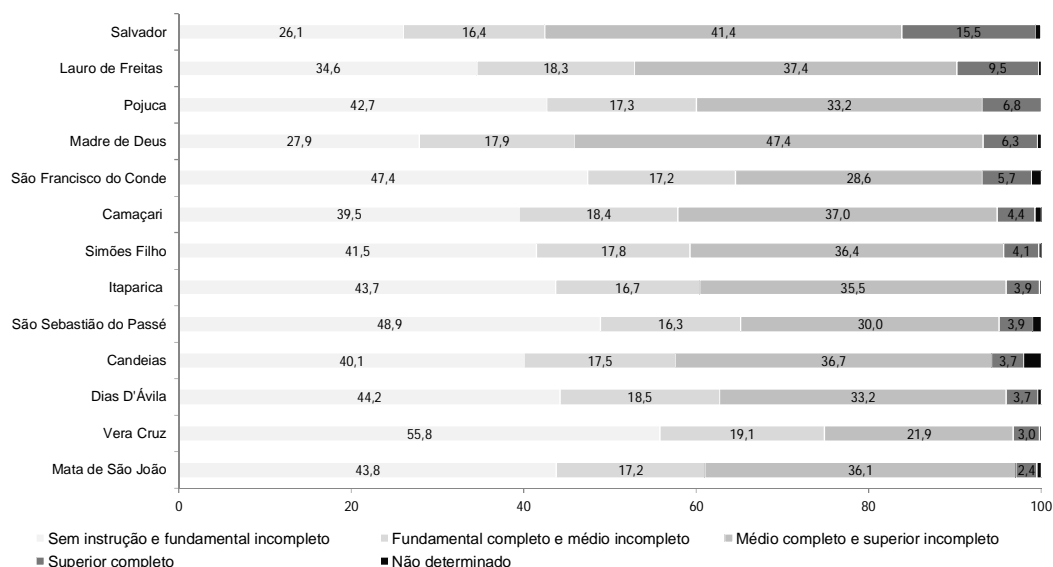
Em relação à educação formal, em geral, a categoria principal entre os ocupados que trabalhavam no município residência, era a que agregava as pessoas sem instrução e com fundamental completo. Seguiu-se, por ordem de importância, o grupo em que estavam os indivíduos com médio completo e superior incompleto. Por sua vez, entre os que realizavam a mobilidade pendular, o destaque foi essa última categoria, ainda que a proporção dos que informaram ter até o fundamental incompleto, na maioria dos casos, não fosse desprezível (Figuras 2 e 3).

Ainda sobre os que não empreendiam deslocamentos pendulares, em Salvador foi notado o maior percentual de ocupados com nível superior completo (15% do total). Os resultados de Lauro de Freitas, Pojuca, Madre de Deus, todos com valores acima de 6%, também se sobressaiam frente aos dos demais municípios (Figura 2). Quanto a Vera Cruz, ainda em relação a esses trabalhadores, se sobressaia negativamente, uma vez que mais da metade deles possuía até o fundamental incompleto (55,8% do total). Também se destacavam pela ampla participação de pessoas pouco escolarizadas: Simões Filho, Itaparica, São Sebastião do Passé, Candeias, Dias d'Ávila e Mata de São João.

No que concerne aos ocupados que realizavam a pendularidade por motivo de trabalho, 32,4% dos que residiam em Salvador tinha, ao menos, graduação completa. O mesmo ocorria com 29,9% dos de Lauro de Freitas, 13,1% dos de Camaçari e 10,5% dos de Vera Cruz. Em geral, aliás, considerando cada uma das unidades da RMS, os trabalhadores com nível superior estavam mais presentes entre os que realizavam a mobilidade. As exceções foram Candeias, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (Figuras 2 e 3). Acrescente-se que nesses dois últimos, bem como em Madre de Deus, Mata de São João e Pojuca, o percentual dos indivíduos com fundamental completo e médio incompleto era mais amplo entre os que empregavam sua força de trabalho em município distinto do de domicílio.

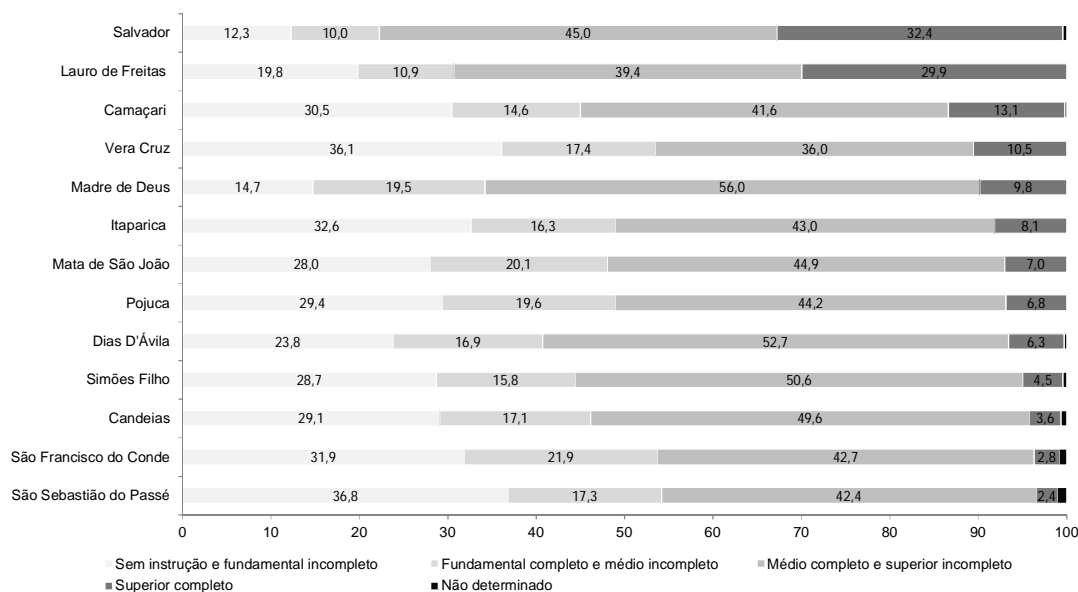
Dessa maneira, na maioria dos municípios da RMS, a proporção dos trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto era mais significativa entre os que realizavam a mobilidade pendular. Além disso, comparando os dois grupos de trabalhadores, foi entre os não pendulares que se encontraram os percentuais mais importantes de ocupados cuja escolaridade ia até o fundamental incompleto.

Figura 2 - Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais que trabalham no município de residência por nível de instrução. Municípios da RMS. 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultados da Amostra (IBGE, 2016).

Figura 3. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais que trabalham fora do município de residência, por nível de instrução. Municípios da RMS. 2010



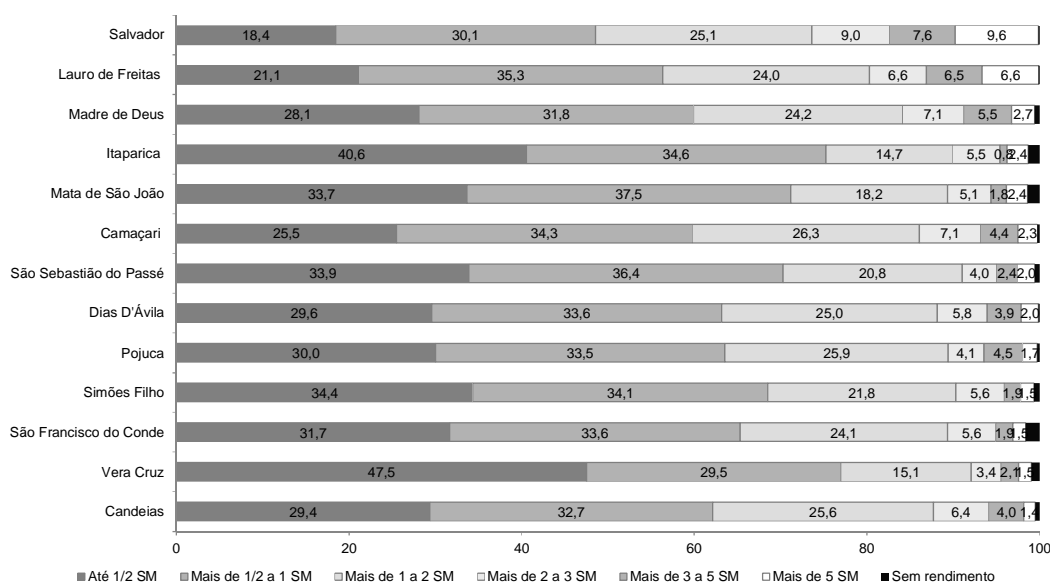
Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultado da amostra (IBGE, 2016).

Passando-se ao tema da renda, uma avaliação preliminar das Figuras 4 e 5 revela que, sem exceções, a participação dos ocupados que tinham rendimentos

médios domiciliares *per capita* inferiores a 1 SM era bem maior para os que permaneciam no município de domicílio, comparativamente aos que realizavam a pendularidade. Acrescente-se que, na RMS, excluindo-se Salvador, naquele grupo estavam mais da metade do conjunto de ocupados, sendo que em Vera Cruz, Itaparica, Mata de São João e São Sebastião do Passé, nele estavam mais de 70% do total.

Em contrapartida, médias de rendimentos acima de 2 SM eram mais relevantes entre os que realizavam movimentos pendulares. Além disso, a importância relativa dos que registraram rendimentos *per capita* acima de 5 SM, excetuando-se Mata de São João, eram sempre maiores nos domicílios em que havia trabalhadores que se deslocavam entre municípios (Figuras 4 e 5).

Figura 4. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais de idade que trabalham no município de residência, por classe de rendimento¹ nominal domiciliar *per capita*². Municípios da RMS, 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultados da Amostra (IBGE, 2016).

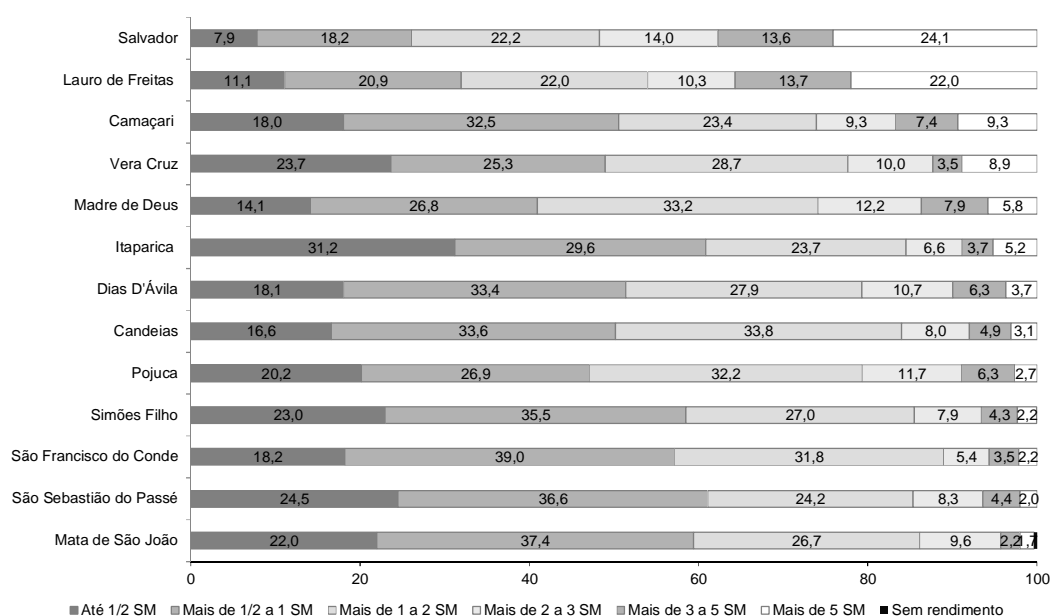
Notas:

- 1) O salário mínimo, na ocasião de realização do Censo Demográfico de 2010, era de R\$ 510,00
- 2) A categoria sem rendimento inclui pessoas que recebem apenas benefícios.

Observa-se que apenas 2,3% e 1,5% dos que residiam e trabalhavam em Camaçari e Vera Cruz, respectivamente, figuravam na classe de maior rendimento.

Porém, entre os pendulares, cerca de 9,0% estavam nessa condição. Em Salvador e Lauro de Freitas, a discrepância era mais acentuada uma vez que, entre os não pendulares, 9,6% dos ocupados percebiam mais de 5 SM *per capita* domiciliar, enquanto entre os pendulares, esse percentual correspondia 24,1%. Em Lauro de Freitas, com 6,6% e 22,0%, nessa ordem, a diferença era ainda maior.

Figura 5. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais de idade que trabalham fora do município de residência, por classe de rendimento¹ nominal domiciliar *per capita*². Municípios da RMS, 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultado da amostra (IBGE, 2016).

Notas:

- (1) O salário mínimo, na ocasião de realização do Censo Demográfico de 2010, era de R\$ 510,00.
- (2) A categoria sem rendimento inclui pessoas que recebem apenas benefícios.

3 REFLEXÕES FINAIS

Ao analisar os movimentos pendulares relativos ao emprego da força de trabalho na RMS, em 2010, não se pode deixar de considerar que, na ocasião, havia uma conjuntura econômica favorável, o que repercutia positivamente nos níveis e nas características das ocupações. Da mesma maneira, como diferentes estudos revelam, ainda nesse contexto, em vários de seus municípios ocorria uma

significativa dispersão quantitativa, junto a uma diversificação qualitativa, das estruturas produtivas, residenciais, de lazer e de consumo.

No que tange ao tema da discussão aqui proposta, evidentemente, Salvador permanecia como o centro mais proeminente do estado, seja por ser de onde se originavam os principais processos engendrados na RMS, seja pela concentração da população, de infraestruturas ou do poder político e econômico. Portanto, não se estranha que permanecesse como mais relevante destino dos fluxos pendulares relativos a trabalho. Entre eles, destacam-se, pela importância quantitativa e pelas consequências espaciais desse movimento, os oriundos de Lauro de Freitas e de Camaçari. Aliás, o fluxo deles originado, em boa medida, era composto por trabalhadores com nível superior. Afirma-se, assim, que seu mercado de trabalho não só mantém o predomínio no que tange às vagas que exigem maior qualificação (CARVALHO; BORGES, 2014), como na capacidade de absorver a força de trabalho mais bem capacitada do ponto de vista da educação formal.

Em relação à importância que Lauro de Freitas assumiam na atração de trabalhadores, trata-se de uma situação que tende a se ampliar, afinal, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) demonstram que a participação de Lauro de Freitas no conjunto dos empregos formais da região vem crescendo já que, em 2004, correspondia a 8% e, em 2014, passou para 12%. Sobre o estoque de empregos preenchidos por profissionais de nível superior, assim como Salvador, esse município elevou seus percentuais (de 2% para 8%, no mesmo período). Em Camaçari a situação é distinta - houve certa estabilidade no que tange à participação no total desses empregos, pois, entre esses anos (variou de 6% para 7%, em 2004 e 2014, respectivamente) e, no que tange aos preenchidos por profissionais graduados, nos dois anos, registrou 7% do total da RMS¹⁰ (DIAS, 2016).

Em relação ao perfil socioeconômico dos ocupados, não resta dúvida de que a participação daqueles com maior grau escolarização e nível de ganhos monetários se mostrava mais significativa entre os pendulares, comparativamente aos que trabalhavam no município de domicílio. Tal constatação, tratada à luz dos

¹⁰ Apesar desses dados, a participação dos empregos formais em Salvador revela-se elevadíssima ao longo dos anos. De acordo com a RAIS, em 2004, lá estavam aproximadamente 77% do total dessas ocupações e, em 2014, esse percentual era de 74%. Em relação aos profissionais de nível superior, a capital, em 2004, respondia por 88% dos postos de trabalho e, em 2014, por 81% (DIAS, 2016).

argumentos de Gaudemar (1977), permite afirmar que os indivíduos que mais se expunham às vicissitudes engendradas pelas estratégias de reprodução do capital eram exatamente os que tinham, na hierarquia socioeconômica, posições relativamente superiores.

Nesses termos, se a mobilidade parece decorrer do interesse por melhor inserção no mundo da produção, do mesmo modo confirma a possibilidade de o mercado manter as ocupações que exigem maior qualificação onde bem lhe aprouver, visto que o trabalhador, uma vez demandado, tende a deslocar-se espacialmente para ofertar sua força de trabalho. Por isso, esses movimentos são, simultaneamente, consequência dos processos engendrados pelo capitalismo e um dos mecanismos que o sustentam, como já demonstram Gaudemar (1977), Jardim (2011) e Perpetua (2013).

A análise das especificidades da mobilidade dos trabalhadores da RMS, inegavelmente, aponta para o próprio estágio do desenvolvimento do capitalismo nessa região e suas repercussões na composição e na alocação espacial da força de trabalho. Nesse sentido, se, como bem aponta Brandão (2017, p. 47), se experimenta um contexto de aprofundamento da crise mundial, o que conduz a um processo de reestruturação dos mercados de trabalho, com avanço da individualização, precarização e ampliação da exploração da força de trabalho, “[...] colocando em xeque o movimento de mobilidade ascendente na base da pirâmide social e a formalização das ocupações que estavam se estruturando [...]”, como esse cenário impactará a mobilidade dos trabalhadores dessa região? Anunciar-se-ia uma propensão à sua intensificação ou, ao contrário, alguma medida de arrefecimento? Uma vez que, mesmo para aqueles mais escolarizados, a formalização dos vínculos empregatícios observa arrefecimento e, como discute Sennet (1999) em relação a países centrais do capitalismo, as estratégias de participação na produção implicam migrações em busca da ampliação dos ganhos, como prospectar a situação da força de trabalho em áreas de capitalismo periférico, como é o caso da RMS?

Em princípio e com base nos dados censitários de 2010, o que se pode afirmar é que, em se vivendo numa sociedade onde as desigualdades nas condições de vida se encontram presentes nas mais diferentes dimensões do cotidiano, mover-

se nas cidades ou entre elas (mesmo que para realizar a reprodução social) decorre de uma série de aspectos, entre os quais a própria posição no mundo da produção e a renda que se auferem por tal inserção. Sendo assim, se a mobilidade da força de trabalho pode ser lida como uma resposta à insatisfação e como uma tentativa de alcançar melhores condições para a (re)produção, não menos verdadeiro é o fato de que, numa sociedade de classes e em constante mutação, nem todos possuem as mesmas possibilidades efetivas de buscá-la.

Assim, em relação aos fluxos pendulares e suas consequências na configuração espacial, é possível que, como Carvalho e Borges (2014) apontam, haja uma reelaboração do par centro-periferia na região capitaneada por Salvador, por conta do movimento de redistribuição dos postos de trabalho e dos empreendimentos residenciais. Isso evidentemente tem reflexos no volume, frequência e direcionamento dos fluxos entre as cidades e, do mesmo modo, repercute na alteração dos papéis que algumas delas desempenhavam no contexto metropolitano.

Em verdade, na medida em que o processo de metropolização se consolida na região, alguns de seus municípios outrora periféricos – em especial Lauro de Freitas e Camaçari, mas também Simões Filho – adquiriram novos significados e se fizeram portadores de centralidades (DIAS, 2016).

Todo esse movimento, não é demais reforçar, ocorre em função dos interesses de reprodução do capital e da ampliação da acumulação. Dessa maneira, as necessidades inerentes à realização da vida, ou melhor, à própria reprodução social, fazem com que os limites municipais progressivamente percam sentido. E, por meio do incessante ir e vir das pessoas, consolida-se a expansão da mancha urbana da RMS.

REFERÊNCIAS

ANTICO, Claudia. **Onde morar e onde trabalhar**: espaços e deslocamentos pendulares da Região Metropolitana de São Paulo. 2003. 254 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI**: nova era da precarização estrutural do trabalho? Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura. **Pesquisa de Mobilidade na Região Metropolitana de Salvador**: síntese dos resultados da pesquisa domiciliar. Salvador: Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, 2012.

Disponível:

<<http://www.infraestrutura.ba.gov.br/arquivos/File/publicacoes/sinteseODSalvadorRMS.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

BRANDÃO. Carlos Antônio. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho. **Caderno MetrÓpole**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 45-69, jan./abr. 2017.

BORGES, Angela Maria Carvalho. As novas configurações do mercado de trabalho no Brasil: notas para discussão. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, set./dez. 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (Org.). **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. p. 43-58. (Série estudos e pesquisas, 86).

CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso. Segregação sócio-espacial e dinâmica metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). **Salvador: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das MetrÓpoles, 2014. p. 109-140.

CARVALHO, Inaiá M. M.; BORGES, Angela Maria Carvalho. A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). **Salvador: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das MetrÓpoles, 2014. p. 77-108.

DIAS, Patricia Chame. **Trabalho e lazer na metrÓpole**: lugares e fluxos das diferentes classes sociais na Região Metropolitana de Salvador. 2016. 358 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, BA, 2016.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra*: censo demográfico. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CD&z=t&o=3>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

JARDIM, Antônio de Ponte. Reflexões sobre mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, Luís Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). **Reflexões sobre deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1996. (O processo de produção do capital, livro 1).

MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo. Mobilidade pendular intermetropolitana. **E-metropolis**, v. 24, n. 7, p. 6-20, mar. 2016.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Metrodata**: movimento pendular por município 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=152>. Acesso: 27 mar. 2014.

OLIVEIRA, Tiago. **Trabalho e padrão de desenvolvimento**: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro. 2015. 269f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2015.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Pegada**, Presidente Prudente, SP, v. 14, n. 1, p. 58-80, jul. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/2138>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SILVA, Sylvio Bandeira de M; SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA, Maina Pirajá. A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). **Salvador**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 21-50.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SUPERINTÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Indicadores de demografia intramunicipal**: RMS. Banco de dados disponibilizado em maio de 2016.